Peixe, lote 3, casa 2, Alto da Agruela, 2600 Vila Franca de Xira, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 21 de Junho de 2002, por despacho de 21 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por prestação de termo de identidade e residência.

3 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Susana Fontinha*. — A Oficial de Justiça, *Fernanda Varela*.

Aviso de contumácia n.º 718/2006 — AP. — O Dr. Alfredo Candeias, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo) n.º 2696/03.2TBVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Emanuel da Cruz Brito, filho de Ronaldo Monte Brito e de Ângela da Cruz Timóteo Brito, nascido em 30 de Julho de 1980, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11690475, com domicílio na Eduard Arsenstraat, 157/2, Mortsel, 2640 Mortsel, Bélgica, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 20 de Fevereiro de 1998, por despacho de 19 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

4 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Alfredo Candeias*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Coelho*.

Aviso de contumácia n.º 719/2006 — AP. — O Dr. Alfredo Candeias, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo abreviado n.º 842/03.5GGVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Emílio Álvaro Francisco, filho de João Francisco da Silva e de Maria Salomé da Conceição Nandyala, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 16 de Julho de 1962, titular do bilhete de identidade n.º 16153698, com domicílio na Rua José Augusto Gomes, lote 23, 2.º, esquerdo, Arcena, 2615 Arcena, o qual foi em 9 de Junho de 2004, proferida sentença, em que foi condenado na multa de 150 dias de multa à taxa diária de cinco euros, pela prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 158.º, n.ºs 1, alínea a), e 3 do Código da Estrada, conjugado com o 348.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 2 de Dezembro de 2003; um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, do Código Penal, com referência ao 387.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, praticado em 2 de Dezembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Outubro de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Alfredo Candeias*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Coelho*.

Aviso de contumácia n.º 720/2006 — AP. — O Dr. Alfredo Candeias, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo abreviado, n.º 213/00.5GTALQ, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando José Nicolau Neves, filho de Henrique Neves e de Maria Luísa dos Santos Nicolau, natural de Cadafais, Alenquer, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Fevereiro de 1961, casado, titular do bilhete de identidade n.º 6866209, com domicílio na Rua Principal de Guizanderia, Guizanderia, 2580 Carregado, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 1 de Outubro de 2000 e um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 1 de Outubro de 2000, foi o mesmo

declarado contumaz, em 6 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

7 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Alfredo Candeias*. — A Oficial de Justiça, *Maria Helena Coelho*.

Aviso de contumácia n.º 721/2006 — AP. — O Dr. Alfredo Candeias, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo abreviado, n.º 525/02.3GGVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Alfredo Manuel de Almeida Freitas, filho de Armando Freitas da Conceição e de Maria Manuela de Almeida Norberto, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Agosto de 1979, titular do bilhete de identidade n.º 11615043, com domicílio na Rua dos Loureiros, torre 1, 8.º, E, 2670 Loures, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 10 de Outubro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 25 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

9 de Novembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Alfredo Candeias*. — O Oficial de Justiça, (*Assinatura ilegível*).

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso de contumácia n.º 722/2006 — AP. — A Dr.ª Raquel Costa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo abreviado n.º 220/01.0PAVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Álvaro José Pereira da Silva, filho de José Domingos Delfim e de Maria Joaquina Pereira da Silva, nascido em 9 de Fevereiro de 1958, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 6329642, com domicílio no Bairro da Alfarrobeira, Povos, 2600 Vila Franca de Xira, por se encontrar acusado da prática de um crime de ameaça, previsto e punido pelo artigo 153.º do Código Penal, praticado em 4 de Maio de 2001, por despacho de 28 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

2 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Raquel Costa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elisabete Ribeiro*.

Aviso de contumácia n.º 723/2006 — AP. — A Dr.ª Raquel Costa, juíza de direito do 2.º Juízo Criminal do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 321/99.3GBVFX, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Bernardino Nunes Rocha, filho de Alfredo Augusto Martins da Rocha e de Maria de Lurdes Nunes Moço, natural de Vila Franca de Xira, nascido em 7 de Março de 1982, solteiro, com domicílio no Cabo de Vialonga, Quinta do Buraco, Vialonga, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 1 de Maio de 1999, por despacho de 31 de Outubro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi

dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

4 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Raquel Costa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Elisabete Ribeiro*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 724/2006 — AP. — Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 1501/02.1TALRS, pendente neste Tribunal contra a arguida Irene Maria Leocádia Santos, filha de Maria Leocádia, nascida em 4 de Setembro de 1937, casada, natural de Chouto, Chamusca, titular do bilhete de identidade n.º 2389719, com último domicílio conhecido na Rua Bartolomeu Velho, 759, bloco B, 2.º, D, Porto, encontra-se acusada da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, por despacho proferido em 24 de Outubro de 2005, foi declarada cessada a contumácia, com efeitos a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — A Oficial de Justiça, *Ângela Sousa*.

Aviso de contumácia n.º 725/2006 — AP. — Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 2057/01.8TALRS, pendente neste Tribunal o arguido José Luís Jesus Pinto, filho de António Carlos Mestre Pinto e de Maria de Jesus Ferreira Mestre Pinto, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido a 21 de Janeiro de 1978, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11529007, com último domicílio conhecido na Quinta da Glória, 3, Galinheiras, Lisboa, acusado da prática de um crime de detenção de arma proibida, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 275.º, n.ºs 1 e 3, do Código Penal e 3.º n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 207-A/75, de 17 de Abril, por despacho datado de 24 de Outubro de 2005, foi declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção para o arguido, para os efeitos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a proibição desta obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, certidões de nascimento e casamento, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, certidões em conservatórias do registo predial, comercial ou automóvel, e ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração.

3 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — A Oficial de Justiça, *Ana Maria Branco C. Corda*.

Aviso de contumácia n.º 726/2006 — AP. — Dr.ª Paula Isabel R. S. Gonçalves, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 89/02.8IELSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Serafim Mendes, filho de João Bacasse Mendes e de Arete Mendes, natural da Guiné-Bissau, nascido a 10 de Março de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16131072, com último domicílio conhecido na Rua do Milho, 10, Prior Velho, Quinta da Serra, Sacavém, encontra-se acusado da prática de um crime de abuso de confiança fiscal, na forma continuada, previsto e punido à data da prática dos factos, pelo artigo 24.º, n.ºs 1, 5 e 6, do Decreto-Lei n.º 20-A/90, de 15 de Janeiro e actualmente, pelo artigo 105.º, n.ºs 1, 4 e 5, da Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, com referência ao artigo 30.º, n.º 2 do Código Penal. Por despacho proferido em 8 de Novembro de 2005, foi o arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a passagem imediata de mandados de detenção para o arguido, para os efeitos do artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal; a

suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a proibição desta obter ou renovar quaisquer documentos, designadamente, certidões de nascimento e casamento, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, certidões em Conservatórias do Registo Predial, Comercial ou Automóvel e ainda, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar após esta declaração.

9 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Paula Isabel R. S. Gonçalves*. — A Oficial de Justiça, *(Assinatura ilegível)*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES

Aviso de contumácia n.º 727/2006 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1639/02.5SILSB, pendente neste Tribunal contra o arguido António Faria Assis, filho de Manuel Faria de Assis Neto e de Englatina Alves do Nascimento Craveiro Assis, natural de Angola, nascido em 5 de Agosto de 1977 com a identificação fiscal n.º 226915778, titular do bilhete de identidade n.º 16207753, com domicílio na Rua Dr. Jaime Cortesão, 16, rés-do-chão, A, 2675 Povoá Santo Adrião, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 26 de Maio de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Outubro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, nomeadamente bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, registo criminal, carta de caçador e pescador, certidão de nascimento, etc., artigo 337.º do Código de Processo Penal.

3 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Esmeralda Figueiredo*.

Aviso de contumácia n.º 728/2006 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 242/00.9SVLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Corina Paulina Savu, filho de Ioan Savu e de Cornélia Savu, natural da Roménia; de nacionalidade romena, com a autorização de residência n.º RE068767, titular do passaporte n.º 04831371, com domicílio na Rua Amadeu Martins Adegas, 137, Romariz, Santa Maria da Feira, 3700-837 Romariz, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 28 de Janeiro de 2000, por despacho de 8 de Novembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por a mesma ter prestado termo de identidade e residência.

11 de Novembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Orlanda Marques*. — A Oficial de Justiça, *Rosário Mourato*.

Aviso de contumácia n.º 729/2006 — AP. — A Dr.ª Orlanda Marques, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 418/03.7GFLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Bernardino Nunes Rocha, filho de Alfredo Augusto Martins da Rocha e de Maria de Lourdes Nunes Moço, natural de Vila Franca de Xira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 7 de Março de 1982, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13176687, com domicílio no Cabo de Vialonga, Quinta do Buraco, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal,